COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA REFERENTE NA ÁREA ENERGÉTICA: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Palavras-Chave:

Cooperação Brasil-China; Transição energética; China

Autores(as):

Ilana Mbakwe, FCA – UNICAMP

Prof. Dr. Rafael de Brito Dias (orientador), FCA - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A República Popular da China (RPC) têm recorrido cada vez mais às fontes renováveis, ao gás natural e à eletricidade para suprir suas crescentes demandas energéticas. Já se consolidando na agenda política, a pauta da segurança energética e o desafio de descarbonizar o fornecimento de eletricidade na China, são os principais motivos de o investimento global em eletricidade ter ultrapassado o de petróleo e gás pela primeira vez em 2016. Entre 2019 e 2024, a China foi responsável por 40% da expansão global da capacidade renovável. Neste mesmo período, foi previsto que a China seria responsável por quase 50% do crescimento global de energia fotovoltaica distribuída, ultrapassando até mesmo a União Europeia. Além disso, o país deverá liderar o crescimento global da produção de biocombustíveis nos próximos anos (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2024).

Do mesmo modo, o Brasil é referência mundial no campo da energia limpa e renovável. Com alto protagonismo na temática, o país é um dos líderes da transição energética para uma

economia de baixo carbono. Ou seja, através de seus recursos naturais, o Brasil tem a capacidade de ser um grande produtor, consumidor e exportador de energia para o mundo todo, quando refere-se ao processo de transição energética mundial (BRASIL, 2021).

Diante desse cenário, destaca-se o papel estratégico e o grande potencial que a República Popular da China (RPC) exerce no mercado energético global. No entanto, no que diz respeito ao consumo interno, sua produção ainda é insuficiente para suprir a demanda de sua numerosa população. Além disso, a forte dependência do carvão e do petróleo torna sua matriz energética altamente vulnerável, especialmente frente às exigências de descarbonização. De forma semelhante, a República Federativa do Brasil, embora se destaque por uma matriz energética majoritariamente renovável, permanece excessivamente dependente da geração hidrelétrica, o que a torna suscetível a crises hídricas e variações climáticas (ZHANG, 2023).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre a República Federativa do Brasil em parceria com a República Popular da China, com foco na cooperação bilateral dos dois países referente à área energética. A partir disso, busca-se abordar o histórico e o estado atual dessa relação. Assim como, apontar quais os possíveis obstáculos existentes dentro dessa união e demonstrar as oportunidades futuras para ambas as nações no âmbito da produção energética. Logo, a então pesquisa deverá apontar se essa cooperação é de benefício mútuo para o progresso da transição energética ou se configura como mais uma relação de soberania entre as nações.

METODOLOGIA:

A fim de captar com maior profundidade a complexidade que envolve a cooperação sino-brasileira na área energética, a então pesquisa propõe uma abordagem interdisciplinar, a partir da articulação de referenciais teóricos e metodológicos provenientes dos Estudos das Ciências Sociais e da Tecnologia. Através dessa integração é possível analisar como fatores técnicos, institucionais e políticos interagem na construção das parcerias no âmbito energético entre Brasil e China, e considera-se seus impactos nos processos de desenvolvimento tecnológico e nas estratégias para a transição energética.

Dessa maneira, foram abordadas temáticas acerca da identificação e tratamento de referências ao redor dos temas principais, como diplomacia científica, cooperação internacional, estudos sobre o setor energético e política científica e tecnológica. Além disso, foram utilizados artigos acadêmicos e livros científicos, ambos em inglês e português.

O artigo desenvolvido buscou analisar a partir de caráter exploratório e principalmente qualitativo o histórico chinês e brasileiro na área energética, como se encontram suas matrizes energéticas, quais as necessidades e desafios que estão sendo enfrentados. Desse modo, foi possível formular conclusões parciais a respeito do caráter dos investimentos recebidos no território brasileiro; quais foram as principais empresas/organizações que investiram e como isso contribui para o fortalecimento do setor energético em ambas as nações.

OBJETIVOS:

Objetivo Geral: Investigar e analisar o contexto energético dos dois países individualmente, e então dissecar a respeito do início da parceria estratégica até o momento. Busca-se compreender de que forma se deu as primeiras negociações entre os países e em qual âmbito e alternativas estão sendo criadas soluções para ambas as partes.

Objetivo específico: Investigar e compreender qual a atual conjuntura da cooperação sino-brasileira, como foco na identificação dos impactos dessa relação bilateral sobre as esferas econômica, política e social de ambas as nações.

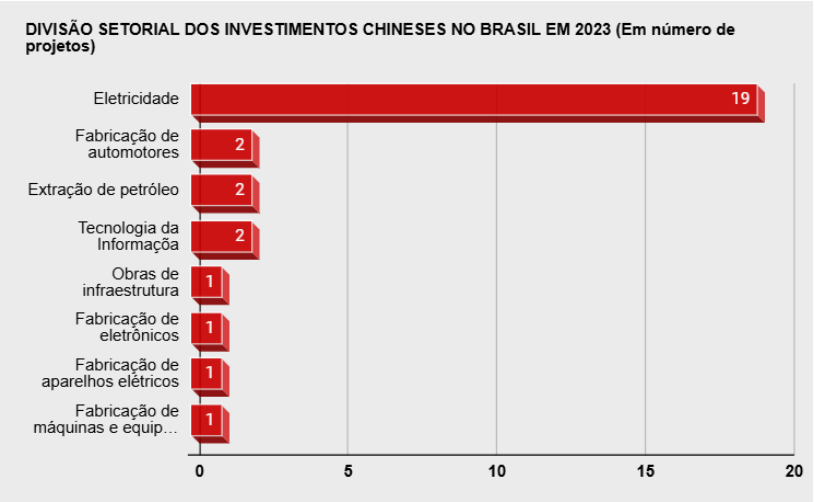
RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A China utiliza de uma estratégia regulatória para acordos de investimentos que estão diretamente ligados às suas ambições em relação ao desenvolvimento do comércio e investimento tanto de saída quanto de entrada. Em outras palavras, as negociações regulatórias da China para com o Brasil estão fundamentadas nas opções históricas de cada um destes países (SANCHEZ-BADIN; MOROSINI, 2017).

No ano 2000, o Brasil torna-se um país exportador de capital, e dentro do governo inicia-se o desenvolvimento de uma política externa que privilegiava as relações Sul-Sul. Nesse sentido, enfatiza-se a partir do mesmo período, o aumento significativo dos investimentos chineses no Brasil. Em 2008, a China Investment Corporation (CIC) investiu US$100 Milhões no setor de energia no Brasil e em 2010 o país tornou-se o segundo maior destino dos investimentos externos chineses (AEI, 2021).

Esse cenário se estende para o período atual, onde o Brasil é compreendido entre as dez economias que mais receberam investimentos chineses, em 2023. Quando analisados sob a perspectiva do número de projetos confirmados, o setor de energia abrange 66% dos

empreendimentos chineses no mesmo ano, enquanto o setor de automotores, com dois projetos, divide o segundo lugar com as áreas de extração petrolífera e de Tecnologia da Informação, somando a participação de 7% cada. Atrás enxerga-se os segmentos de obras de infraestrutura, fabricação de eletrônicos, fabricação de aparelhos elétricos e fabricação de máquinas e equipamentos tiveram participação de 3% cada um (CEBC, 2024).



Fonte: CEBC | elaboração própria

A intercionalização das empresas chinesas no setor de energia está ligada diretamente à estratégia de segurança energética nacional (ZHANG, 2023). Ou seja, essa priorização dos investimentos se dá devido às vulnerabilidades internas da China com relação a sua matriz energética, como a dependência de carvão e a insuficiência de petróleo e gás natural. Logo, enxerga-se no território brasileiro a oportunidade de desenvolver tecnologias sustentáveis que podem ser reproduzidas em outras regiões.

CONCLUSÕES:

A partir da sistematização das informações fica evidente que a cooperação sino-brasileira tem alta relevância como parceria estratégica para as duas partes, desse modo, é primordial compreender a temática através do detalhamento dos processos, desafios e os avanços ocorrentes ao longo desses mais de 20 anos de relação.

Com o objetivo de organizar estrategicamente o desenvolvimento social e econômico do país, os planos quinquenais instituídos na China a partir de 1953, são instrumentos políticos indispensáveis para a compreensão do caráter dos investimentos chineses no exterior. Aponta-se, também, que esses planos possuem diretrizes voltadas à aplicação de recursos no mercado e em segmentos econômicos diversos (CHEN et al., 2017 apud

KROETZ; SANCHEZ-BADIN; SATO, 2022). Ou seja, além dos resultados internos dentro do país, os planos quinquenais desempenham um papel de guiar e influenciar os investimentos da China no exterior, especificamente no território do brasileiro.

Nesse ínterim, considera-se a importância dos planos quinquenais como direcionadores da política econômica chinesa, revela-se como as decisões estratégicas do Estado chinês impactam diretamente a forma, o setor e a intensidade dos investimentos realizados no Brasil,evidenciando a estruturação da cooperação sino-brasileira.

BIBLIOGRAFIA

KROETZ, Maria Eugênia; SANCHEZ-BADIN, Michelle Ratton; SATO, Lisi Mie. Os planos estratégicos chineses e seu impacto nos investimentos no Brasil; uma análise do setor de energias renováveis. Conjuntura Austral. v 13, n.61, p.93-107, fevereiro 2022. DOI:10.22456/2178-8839.113908. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/113908. Acesso em: 15 jul. 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). China – Countries & Regions. IEA, 2025. Disponível em: https://www.iea.org/countries/china. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Brasil é referência no campo da energia limpa e renovável. Publicado em 18 out. 2021; atualizado em 31 out. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/10/brasil-e-referencia-no-campo-da-energia-limpa-e-renovavel. Acesso em: 30 jul. 2025.

MOROSINI, Fabio C.; SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. Reconceptualizing International Investment Law from Global South. Cambridge University Press, FGV Direito SP Research Paper Series n. 150, 18 set. 2017; última revisão em 5 maio 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3039077. Acesso em: 1 ago. 2025

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. China Global Investment Tracker. Washington, DC: AEI, 2025. Disponível em: https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/. Acesso em: 3 ago. 2025.

ZHANG, Yiming et al. China's overseas energy investment under the Belt and Road Initiative: Patterns, drivers and environmental risks. Energy Research & Social Science, v. 105, 2023. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2949821X23000339. Acesso em: 4 ago. 2025.